

Aproximações teóricas e metodológicas entre Fredrik Barth e Carlo Ginzburg: micro-análise e indiciário

Por Claudio Marcio Coelho – Núcleo de Estudos Indiciários – DCSO – CCHN-UFES, Vitória: 2006

1. Introdução.

Fredrik Barth (1928), após formação em Biologia, estudou Antropologia nas universidades de Chicago e Cambridge (nos anos do pós-guerra). Foi professor de antropologia social em Bergen (1961 a 1972) e Oslo (1972 a 1985). Atribuiu grande importância ao trabalho de campo. Preferiu pesquisas curtas (de 6 a 18 meses), multiplicando e diversificando suas áreas de observação. Realizou pesquisas antropológicas em diversas regiões e países: Curdistão Iraquiano, Paquistão, Irã, Sudão, Papua-Nova Guiné, Omã, Bali, Butão, Noruega. Suas pesquisas possibilitaram a produção de livros importantes como *Ethnic groups and boundaries* (1969), *Process and form in social life* (1981), *The analysis of culture in complex societies* (1989), *O guru e o iniciador: e outras variações antropológicas* (publicado no Brasil em 2002).

As obras de Fredrik Barth resultam da organização de diversos artigos antropológicos que consolidaram sua microanálise social. Barth influenciou pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Sua renovação resulta (principalmente) da sistematização de um conjunto de argumentos teóricos e de procedimentos metodológicos que propõe a compreensão macro-sociológica a partir da análise micro-sociológica. Para Barth, o pesquisador deve partir de baixo (dos indivíduos) para cima (da sociedade) na análise. Através da análise do comportamento social dos indivíduos, o pesquisador alcançará as relações sociais gerais. O autor atacou as concepções universalistas e estruturalistas, que interpretam a sociedade como ‘entidade englobante’. Rompendo com esta visão totalizante, Barth defendeu o estudo das particularidades da sociedade pesquisada, e da interrelação entre os indivíduos (atores sociais) e sociedade. O estudo dos atos e valores pode revelar como os atores sociais constroem suas relações sociais.

Segundo Barth, os cientistas sociais precisam de “um novo conjunto de fundamentos”. Estes fundamentos devem conduzi-los a uma nova “visão da estrutura da ação social”¹. O autor lembra a importância dos *insights* teóricos obtidos a partir dos estudos de Berger e Luckman (1966) e de Geertz (1973).

A partir dos anos 70, consolidou-se – em torno da revista *Quaderni storici* – um pequeno e ativo grupo de historiadores que foi considerado o “núcleo duro” da *Micro-História Italiana*, cujo projeto intelectual foi marcadamente influenciado pelas proposições teóricas e metodológicas do antropólogo norueguês Fredrik Barth. A corrente italiana micro-histórica, representada principalmente por Eduardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Poni e Carlo Ginzburg caracterizou-se por uma produção inovadora e contestadora na historiografia contemporânea. Neste contexto, a história foi levada a redefinir problemáticas, objetos e métodos de análise, ocorrendo uma explosão de possibilidades. Os historiadores intensificaram a busca de métodos interpretativos das estruturas invisíveis da realidade. A linguagem e a cultura foram cada vez mais valorizadas. Este projeto fez surgir a *História Cultural* e a *Micro-História*. A *História Social e Econômica*, com sua rigidez positivista e estruturalista sofreu um marcante

desgaste. A quantificação e o exame da realidade como fenômeno social dotado de propriedades preexistentes à análise foram questionadas. Intensificou-se a perspectiva que considera a realidade um conjunto multifacetado de inter-relações que se movem no interior de configurações que estão em constante adaptação.

O homem passou a ser identificado como um agente que apreende a realidade através dos signos e símbolos. Estes, por sua vez, passaram a ser interpretados como ferramentas que conferem significado à realidade social, pois são socialmente construídos. O historiador deve investigar os significados e significantes deste processo. Neste emaranhado de perspectivas que valorizam o estudo de caso, os fatos marginais e a história das culturas, surgiram fortes críticas a história das mentalidades, que foi criticada pela omissão quanto à divisão de classes sociais e as implicações desta relação de forças no âmbito cultural; pela não distinção entre a cultura imposta pelas classes dominantes e a cultura gerada pelas classes subalternas; a ausência de compreensão do influxo recíproco entre estas culturas, e da consideração pelos conflitos sociais no interior da realidade cultural, ou seja, a compreensão da cultura como fenômeno complexo, heterogêneo e plural. A *História Tradicional das Idéias* foi criticada pela perspectiva aristocrática e depreciativa da cultura popular, pois classificou as concepções e cosmovisões das classes pobres como folclore, arte, tradições populares, crenças e visões primitivas do mundo, reforçando a idéia que identifica o conceito de cultura com a cultura das classes ricas.

Carlo Ginzburg é professor de *História Moderna* desde 1988, leciona atualmente na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Seus trabalhos apresentam perspectivas polêmicas e inovadoras, o que lhe permite a apreensão de categorias de correntes como a *História das Mentalidades*, a *História Cultural* e a *Micro-História*. O autor publicou livros importantes como *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição* (1987), *Andarilhos do bem* (1988), *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989), *A micro-história e outros ensaios* (1991), *Relações de força* (2002). Ginzburg é um especialista em processos da inquisição. Até seus críticos mais contundentes reconhecem a imaginação e ousadia com que constrói suas hipóteses e arrisca conclusões surpreendentes. Ademais, todos os seus ensaios e livros valorizam a erudição no ofício do historiador.

Suas obras introduziram rupturas na forma de pensar e pesquisar a História. Ginzburg mobilizou conceitos e metodologias oriundas de outras áreas do conhecimento como a Filosofia e a Antropologia. Desta forma, estabeleceu novas zonas de diálogo com outras ciências humanas e sociais. Ginzburg procurou inverter a posição passiva da História em relação às demais ciências, isto é, as relações tradicionais de subordinação da História na produção de meios – conceitos e métodos – de conhecimento. Dialogando e propondo novas formas de compreensão da realidade, o autor se consagrou nos estudos sobre heresias e formas culturais alternativas da Idade Média e do início da Idade Moderna (este campo de pesquisas segue a rica tradição italiana dos estudos de Cesare Cantù, Luigi Amabile ou Vito La Mantia, e a renovação de Delio Cantimori a partir de 1930). Esta tradição da escola italiana de historiografia está centrada em uma forte preparação filológica que se caracterizou pela importância atribuída ao detalhe, ao estudo de caso, a análise do processo significativo (como os estudos de Antonio Rotondò, Massimo Firpo, Albano Biondi e Silvana Seidel Menchi). As rupturas e contribuições de Ginzburg a esta corrente situam-se em torno da construção de novos objetos (a feitiçaria, a metamorfose animal, os ritos de fertilidade, a cosmogonia, e a

iconografia), da pesquisa sobre paradigmas do conhecimento (a noção de alto e de baixo nos séculos XVI e XVII, a emergência do paradigma indiciário no século XIX), e da reflexão sobre métodos utilizados (na história da arte, debatendo os pressupostos de Warburg, Saxl, Panofsky e Gombrich, e na antropologia e filosofia, discutindo as perspectivas de Lévi-Strauss, Dumézil, Wittgenstein e Propp).

Outro aspecto fundamental da perspectiva de Ginzburg é sua valorização dos fenômenos considerados marginais (ritos de fertilidade e casos obscuros protagonizados por pessoas de classes subalternas, pequenos e excluídos na sociedade européia do final da idade média e início da idade moderna). Os fenômenos marginais ganham papel central na análise do autor, e tornam-se ponte condutora para a compreensão dos fenômenos centrais.

As aproximações teóricas e metodológicas do pensamento de Fredrik Barth e Carlo Ginzburg estão atreladas a um conceito central: a microanálise das relações sociais. Esta valorização do microcosmo social não representa a construção de uma perspectiva que se limita ao universo individual.

... num texto um tanto provocador de C. Ginzburg e C. Poni² que propõe fazer do “nome” – do nome próprio, ou seja, da marca mais individual, menos sujeita à repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve³.

Os livros de Barth e Ginzburg revelam a preocupação com a elaboração de um projeto intelectual que converge para alguns parâmetros fundamentais: a análise microssocial para a compreensão dos fenômenos macrossociais; a preocupação com procedimentos de pesquisa e paradigmas do conhecimento; a superação dos limites (distorções e simplismos) das abordagens macroestruturais da realidade social. A análise destas aproximações pode revelar a renovação destes pensadores para as ciências humanas e sociais.

2. Fredrik Barth: interpretar o ‘macrossocial’ pelo ‘microssocial’.

No capítulo *‘Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades’*, do livro *O guru e o iniciador: e outras variações antropológicas* (publicado no Brasil em 2002), o antropólogo Fredrik Barth critica a idéia estruturalista e totalizante de sociedade, isto é, o conceito de sociedade como *‘entidades englobantes’*. Sua crítica a esse conceito parte das considerações de Tilly e Wallerstein. Para Tilly, os pesquisadores sociais deveriam “descartar a idéia de sociedade como algo separado e de sociedades como entidades englobantes”⁴. Wallerstein, por sua vez, manifesta seu desconforto quanto à maneira pela qual o objeto da ciência social é conceptualizado e repartido. Barth critica a inconsistência desse modelo conceitual.

Já é lugar-comum dizer que o mapa que retrata o mundo repartido em ‘sociedades’ separáveis e internamente coerentes é uma representação bastante simplificada do campo das relações sociais. Parece, todavia, que não modificamos nossa prática, e essa desaprovação não impede a continuidade de nossas operações comparativas. Além disso, é comum dizer que o termo *sociedade*

deve ser considerado apenas como uma maneira abreviada de dizer *sistema social*, e espera-se que essa observação sirva para contornar as dificuldades conceituais que ainda permanecem⁵.

O autor alerta para a necessidade de se observar como o termo *sociedade* tem sido efetivamente usado e qual modelo teórico-metodológico ele evoca. O conceito de *sociedade 'englobante'* tem sido largamente usado, pois funciona no estabelecimento de um quadro de referências para nossos objetos de estudo, obrigando os conceitos e a metodologia a assumir contornos estruturantes e universalizantes das relações sociais nas diferentes regiões (ou culturas) da humanidade. Estes procedimentos de análise “justificam uma separação simplista entre processos endógenos e exógenos, e sutilmente insinuam o Estado-nação como modelo implícito de toda sociabilidade humana organizada”⁶.

Fredrik Barth pretende a superação das distorções e simplismos comuns do conceito de sociedade. Para tal, lista o que chama de concepções equivocadas de sociedade:

1. A idéia de sociedade como um agregado de relações sociais. Se considerarmos a relação social como uma relação de interação social, essa idéia não se sustenta, pois as relações sociais são mantidas por uma multiplicidade de atores e agências que a princípio não apresentam uma relação direta com determinados indivíduos, mas moldam seu comportamento. As teorias e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento; os projetos políticos e econômicos engendrados por instituições internacionais; as tecnologias e preocupações industriais de grupos empresariais nacionais e internacionais, desconhecidas, amenizadas por processos de negociação coletiva e de forças do mercado, ou manipuladas por interesses financeiros e omitidas por meios de comunicação de massa, entre outros, influenciam decisivamente nossos comportamentos.

2. A sociedade também não pode ser representada como o agregado de instituições de uma população. Essa perspectiva limita a realidade social à sua forma normativa, dificultando a discussão das relações informais, dos desvios, juntamente com as relações formais e ditas normais. Esta concepção, não valoriza as diferenças.

3. A sociedade como um todo composto de partes. Os indivíduos (partes da sociedade) pertencem a grupos sociais de diversos níveis e escalas. Estes indivíduos e grupos atravessam os limites (fronteiras) de qualquer região designada. Considerando esta impossibilidade de isolamento e limitação da relação social, o autor lembra que as “complexidades da organização social não podem ser aprisionadas em totalidades bem delimitadas, nem ordenadas em hierarquias unitárias entre parte e totalidade, que o esquematismo de nossa terminologia nos convida a construir”⁷. Barth entende que este modelo não pode ser considerado como paradigmático da organização social em geral.

4. Considerar que o mundo é uma única sociedade: o moderno sistema mundial. Esta concepção desconsidera os círculos de pertencimento e de conexão milenares, generalizadas entre grupos humanos que se identificam com formas diferentes de interação e organização social, e que as conexões mundiais são assimétricas e indiretas, na maioria das vezes, decididas por grupos empresariais e políticos hegemônicos na ordem mundial.

5. “A ‘sociedade’ não pode ser abstraída de seu contexto material: todos os atos sociais estão inseridos em um contexto ecológico”. O pesquisador das ciências humanas e sociais deve reconhecer a interdependência entre o social e o meio ambiente, isto é, o

social e o ecológico não podem ser analisados como sistemas separados. O meio ambiente é transformado pelas relações sociais e exerce influências sobre as sociedades influenciando decisivamente as relações humanas.

6. O conceito de sociedade e cultura como forma de homogeneização e substancialização da realidade social. Barth explica este equívoco:

Todo comportamento social é interpretado, construído, e nada indica que exista uma situação em que duas pessoas coincidam plenamente na interpretação de um dado evento. Temos poucos dados a respeito do grau de diferença entre as interpretações construídas por indivíduos ou grupos que mantêm interação regular entre si. Na verdade, uma relação social pressupõe apenas um certo grau de convergência a respeito de teorias passageiras entre indivíduos em interação⁸.

Para Barth, o comportamento humano é intencional, por isso, precisa ser interpretado a partir de conceitos culturais particulares. Estes comportamentos não são necessariamente transparentes, objetivos ou incontestes. É necessário distinguir *eventos* (aspectos extremos do comportamento, dados objetivos e mensuráveis do positivismo) e *atos* (significado intencional e interpretado do comportamento em um grupo social ou cultural específico).

As conexões dos atos podem ser identificadas em duas direções: “para trás, em direção à sua intenção, e para frente, em direção à sua interpretação”⁹. Os atos devem ser analisados com atenção especial, pois possuem caráter instrumental e expressivo na análise, isto é, denotam a orientação, a condição e posição dos atores sociais. O pesquisador deve rastrear as ligações dos atos em direção às suas raízes (origens). Este procedimento permite a identificação das estratégias, das afirmações identitárias, valores e conhecimentos dos atores. Barth explica que os indivíduos podem retornar as situações anteriormente vividas, e construir novos *insights* sobre a realidade social a partir de experiências atuais. Desta forma, os atores sociais podem escrever e reescrever a história social. Os atos decorrentes de novas interpretações e ações tornam a ação social um fenômeno dinâmico. No interior dos fenômenos sociais ocorre a conjugação de ações e relações sociais construídas pela interação dos significados, valores, costumes, conhecimentos, interesses, estratégias que os indivíduos elaboram como resultado de sua interação com a sociedade, e que podem retroagir sobre planos, objetivos e interpretações futuras. Esta dinâmica dos atos e atores sociais estabelece novas relações sociais, isto é, transformam a sociedade.

F. Barth pensa o sistema social como o resultado, não como uma estrutura preexistente à qual a ação social deve se conformar. Indivíduos de um mesmo grupo social podem acumular experiências particulares e fazer uso de diferentes esquemas de interpretação da realidade. Por isso, é problemática a conexão direta entre conseqüências objetivas dos eventos e a maneira como são interpretados, pois o consenso social pode ser o principal fator que molda as ações dos atores sociais. Por outro lado, os atos podem sempre ser contestados e seu significado pode ser reelaborado pelos próprios indivíduos. Para Barth, a sociedade constitui uma realidade social geradora de eventos e cadeias de conseqüências, que são significativas dentro de um quadro de referências culturalmente moldadas. Estes eventos e conseqüências elaboram ocasiões (situações) que possibilitam a superação da organização social ou sua reprodução, pelos atores sociais.

Para Barth, o pesquisador deve estar empenhado na investigação e elaboração de procedimentos de descoberta da realidade social, isto é, de *procedimentos de pesquisa* para a compreensão da realidade social. Por isso, o pesquisador deve considerar as circunstâncias e processos históricos particulares para definir formas específicas de análise. Deve estar atento aos procedimentos de sua pesquisa. Para tal, é preciso elaborar procedimentos exploratórios de acordo com as especificidades da sociedade estudada; identificar que grau de forma e ordem a realidade social mostra em cada situação específica enfocada, evitando a pré-suposição e precocidade na análise, para de fato, revelar as contingências que moldaram os sistemas sociais; o pesquisador não deve começar sua investigação a partir de cima, isto é, da sociedade (do *macrossocial*), mas a partir dos atores sociais (do *microssocial*); para interpretar a realidade social, o pesquisador deve identificar as atividades e redes individuais vinculadas ao sistema social estudado, isto é, deve seguir os *volteios* como afirmava Bateson (1972). Grønhaug (1978) demonstrou brilhantemente este procedimento em sua pesquisa sobre a região de Herat (Afeganistão ocidental). Seguir os *volteios* consiste na busca de “ligações entre atividades, trocas, relações e fatores materiais correlacionados, e com isso delinear *campos* de atividades conectadas”¹⁰.

Barth considera o conceito de ‘*sociedade englobante*’ um modelo inconsistente quanto as suas pretensões teóricas e metodológicas, pois não dá conta dos processos multifacetados da organização social humana, nas diversas regiões do globo. Este modelo não alcança os aspectos ou padrões efêmeros e contínuos em relação aos significados, valores, organizações, instituições, estratégias, cooperação que elaboram simultaneamente ordem e desordem na vida social. Tal modelo, “não pode ser mantido como fundamento básico de uma teoria geral”¹¹. O autor reafirma a necessidade de um estudo particular da organização social, considerando que “o grau de ordem nas interações e relações sociais, o grau de compartilhamento da cultura e a maior ou menor adequação das interpretações mútuas são questões que podem ser estudadas em uma comunidade local”¹². Para Barth, os pesquisadores sociais precisam aprimorar seus métodos de investigação. É necessário proceder com mais precisão, pensar na sociedade pesquisada como contexto de ações e de resultados de ações sociais, construídas pelos indivíduos, e não como uma *coisa* ou *estrutura* determinante e absoluta.

Barth dispara críticas incisivas as correntes teóricas que defendem concepções sociais *universalistas* e *evolucionistas*. Também questiona a idéia de interpretação da sociedade como *coisa*. Para Barth, a sociedade resulta da interação das ações individuais, e manifesta-se nos comportamentos coletivos. Não é uma realidade apenas exterior aos indivíduos. Por isso, o pesquisador deve valorizar os aspectos endógenos da ação social. Os indivíduos não agem apenas por pressões externas. Os processos internos (endógenos), elaborados por motivações individuais, são igualmente importantes na análise social.

3. Carlo Ginzburg: microanálise e indiciário na historiografia.

Durante as pesquisas do livro *I Benandanti. Stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento* (1966), publicado no Brasil com o título *Andarilhos do bem* (1988), Ginzburg deparou-se com uma longa sentença do Santo Ofício sobre a condenação de um homem da mesma região e época (Friuli-Itália, século XVI). Entre as principais acusações feitas ao réu constava a alegação por ele defendida de que no princípio “tudo

era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos”. Deste estado de putrefação surgiram Deus e os anjos. “Esse Deus, depois, fez Adão e Eva e o povo em enorme quantidade para encher os lugares dos anjos expulsos”, aqueles que seguiram a rebelião liderada por Lúcifer¹³. Este caso, aparentemente irrelevante, chamou a atenção de Ginzburg. Anos depois, em 1970, resolveu pesquisar qual o significado daquela afirmação para a pessoa que a pronunciou. Desta pesquisa, nasceu a obra que consolidou seu reconhecimento acadêmico: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição* (1987). Nesta obra, Ginzburg revela com sensibilidade a cosmovisão de Domenico Scandella (conhecido por Menocchio), um moleiro condenado pela inquisição católica no século XVI. Esta obra consolidou a valorização dos fatos ou fenômenos aparentemente de pouca importância historiográfica, uma preocupação que já estava presente nas primeiras pesquisas sobre feitiçaria.

Na introdução da edição italiana do livro de Peter Burke, *Cultura popular da Europa moderna* (1980), Ginzburg afirma que a perspectiva construída nesta obra (de Burke), resulta da mudança de direção inaugurada pela *Revolução Cultural Mundial* de 1968, em busca da compreensão dos fenômenos particulares, dos excluídos e dos anônimos da história – perspectiva que o próprio Ginzburg persegue desde 1966. No prefácio à edição italiana de *O queijo e os vermes*, Ginzburg defende a importância da pesquisa de caso, do estudo das classes subalternas, dos excluídos e anônimos da história oficial.

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje é claro, não é assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso¹⁴.

Ginzburg revela que ao contrário do que geralmente ocorre – a escassez de testemunhos e documentos sobre a vida e as atitudes das classes subalternas do passado – os dois processos inquisitoriais abertos contra Domenico Scandella apresentavam uma farta documentação com testemunhos, depoimentos, algumas páginas escritas pelo próprio acusado e uma lista parcial de suas leituras, ou seja, o bastante para averiguação de sua vida pessoal, econômica e de seus familiares.

No prefácio à edição inglesa, Ginzburg revela a sensibilidade de sua proposta investigativa, pois pretendia “saber quais eram suas leituras e discussões, pensamento e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos” (de Menocchio). O autor confessa que “de vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós”; e completa: “mas é também um homem muito diferente de nós”¹⁵.

Menocchio confundia e atordoava seus interlocutores com uma postura que não renunciava a palavra. A vontade de falar, de compartilhar suas idéias, de questionar os poderes constituídos defronta-se com a cultura da classe dominante.

Vimos, portanto, com Menocchio lia seus livros: destacava, chegando a deformar, palavras e frases; justapunha passagens diversas, fazendo explodir analogias fulminantes [...] triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com textos inócuos, como *As Virgens*, de Mandeville, ou a *Historia del Giudicio*. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é

que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva [...] A cosmogonia de Menocchio era substancialmente materialista e tendencialmente científica [...] se localiza nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais¹⁶.

A afronta de Menocchio aos poderes constituídos, e sua apreensão do saber dominante amedrontava as autoridades civis e religiosas de sua época. Menocchio compreendia que o domínio da leitura e da escrita constituía uma das fontes de poder da classe dominante. “Não se limitou, portanto, a denunciar a ‘traição dos pobres’ pelo uso de uma língua burocrática (e sacerdotal) como o latim”. Suas palavras revelam que o “horizonte de sua polêmica era mais amplo”. Certa vez, após ter sido libertado do primeiro julgamento, disse a um conterrâneo (Daniel Jacomel): “O que é que você pensa, os inquisidores não querem que nós saibamos o que eles sabem”. A crítica dirigida aos “superiores”, situados no vértice da hierarquia eclesiástica se reveste de alerta a classe subalterna¹⁷.

O propósito desta pesquisa levou o autor a se defrontar com outras questões igualmente importantes. Ao proceder a reconstrução analítica das diferenças de Menocchio, Ginzburg se viu diante da necessidade de se “reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou”. Este rastreamento da cultura de Menocchio conduziu o autor ao dilema da relação entre Cultura Dominante (das classes ricas e influentes) e Cultura Popular (das classes subalternas, pobres, camponeses). A cultura das classes subalternas do século XVI era transmitida de forma predominantemente oral. São muitas as dificuldades decorrentes do fazer história a partir de relatos orais, pois os historiadores não podem conversar com os membros dessas classes pobres. Por outro lado, o historiador moderno enfrenta muita resistência quanto à possibilidade de se fazer História considerando principalmente os relatos orais. Hoje, os historiadores, de modo geral, usam estes relatos apenas para corroborar as fontes escritas que constituem a principal fonte da pesquisa historiográfica, apesar da possibilidade de se enriquecer a pesquisa a partir da análise de fontes adicionais como: quadros, esculturas, fotografias, jóias, objetos diversos, mobiliário, entre outros.

Diante de tal dificuldade, Ginzburg considera a possibilidade de se investigar a “cultura das classes populares” a partir do estudo da “cultura imposta” a estas classes (a cultura das classes ricas), conforme propôs Robert Mandrou. Por fim, o autor lança mão de uma proposta que considerou muito mais rica e coerente. Esta proposta metodológica foi apresentada por Mikhail Bakhtin em um livro sobre Rabelais e a cultura popular de sua época. No livro *A cultura popular na idade média e o renascimento: o contexto de François Rabelais* (1970), Bakhtin desenvolveu a idéia de ‘Circularidade da Cultura’. Embora exista por um lado, dicotomia cultural, por outro, ocorre também a circularidade, influxo recíproco entre a cultura subalterna e cultura dominante. Para Bakhtin, este processo se intensificou a partir da primeira metade do século XVI. Ginzburg lembra que algumas proposições de Bakhtin são em parte hipóteses, pois não estão “todas devidamente documentadas”, este fato, todavia, não compromete sua brilhante proposição. Para Ginzburg, “o limite do belíssimo livro de Bakhtin talvez seja outro: os protagonistas da cultura popular que ele tentou descrever – camponeses, artesãos – nos falam quase só através das palavras de Rabelais”¹⁸.

Ginzburg propõe a superação do limite apontado no livro de Bakhtin através de uma sondagem direta, isto é, sem intermediários, da cultura popular da época vivida por Menocchio. Seu método de pesquisa é perfeitamente coerente com sua proposta de

valorização dos fatos individuais, da busca pela história cultural e das mentalidades. Para Ginzburg, o historiador contemporâneo vivencia angústias e medos metodológicos ou ideológicos na construção da pesquisa. Desta forma,

o medo de cair no famigerado positivismo ingênuo, unido à exasperada consciência da violência ideológica que pode estar oculta por trás da mais normal e, à primeira vista, inocente operação cognitiva, induz hoje muitos historiadores a jogar a criança fora junto com a água da bacia – ou, deixando de lado as metáforas, a cultura popular junto como a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada ¹⁹.

A ambigüidade do conceito de ‘cultura popular’ revela-se na análise das classes subalternas das sociedades pré-industriais da Europa. Estas classes são analisadas de formas divergentes, atribuindo-se ora uma passiva adequação aos subprodutos oferecidos pelas classes ricas (Robert Mandrou), ora uma possibilidade de formulação de alguns valores relativamente autônomos em relação à cultura das classes dominantes (Geneviève Bollème), ora uma consideração maior pelos dispositivos de exclusão do que pelos excluídos, fortalecendo a idéia da passividade da classe dominada, apesar da possibilidade de elaboração de mecanismos de resistência diante da dominação (Michel Foucault). Ginzburg considera insustentável a tese de que “as idéias nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes”. Para ele, ocorre uma “relação de forças entre as classes”, nesta relação, o caso de Menocchio desnuda as raízes populares da alta cultura européia, caracterizando uma época marcada pelas “fecundas trocas subterrâneas, em ambas as direções, entre a alta cultura e a cultura popular”. A partir de segunda metade do século XVI vemos a intensificação das diferenças sociais, o que levou as classes dominantes a assumir um projeto de imposição ideológica e de poder sobre o saber, intensificando a repressão e o rígido controle dos grupos marginais vindos das classes subalternas como os grupos ligados à bruxaria, os vagabundos e ciganos. O caso de Menocchio é deveras representativo deste “quadro de repressão e extinção da cultura popular”²⁰. Ginzburg lança mão da maturidade presente nas proposições de Mikhail Bakhtin sobre a influência recíproca entre cultura dominante e cultura subalterna. Os estudos de Jacques Le Goff revelam possibilidades que permitem interpretar os “modos e tempos dessa influência”. Para tal, o historiador terá que enfrentar os problemas apresentados pela própria documentação, que no caso das culturas populares, geralmente apresentam-se de forma indireta. Ginzburg sugere algumas perguntas fundamentais sobre esta questão.

Até que ponto os eventuais elementos da cultura hegemônica, encontráveis na cultura popular, são frutos de uma aculturação mais ou menos deliberada ou de uma convergência mais ou menos espontânea e não, ao contrário, de uma inconsciente deformação da fonte, obviamente tendendo a conduzir o desconhecido ao conhecido, ao familiar? ²¹.

Por fim, o autor discute a relevância de uma pesquisa sobre “idéias e crenças de um indivíduo único” (Menocchio) em relação à sociedade que pertencera. Ginzburg não pretende entender Menocchio de forma psicologizante, antes prefere considerá-lo um “microcosmo de um estrato social” num período histórico específico. Sua busca interpretativa dos pensamentos, desejos, anseios, medos ou angústias deste Moleiro do século XVI, representa um esforço teórico-metodológico que se presta a entender a interdependência e a reciprocidade entre indivíduo-sociedade e sociedade-indivíduo. Por isso, se pode, partindo do indivíduo, isto é, dos aspectos impregnados ou interiorizados pelos indivíduos, chegar aos aspectos sociais gerais. Ademais, Ginzburg ao invés de considerar como resolvido o problema da generalização, prefere encará-lo

como um problema permanente de sua investigação. Desta forma, o autor não abraça um fragmento da realidade (o indivíduo) como modelo e matriz do conhecimento histórico. Ginzburg busca a generalização a partir do estudo de caso, partindo do particular para o geral. Ao investigar o caso particular de Menocchio (micro) pretende interpretar a sociedade europeia (macro) do século XVI.

Para Ginzburg, o rigor metodológico das pesquisas quantitativas não pode deixar de lado as vantagens das pesquisas qualitativas. Por outro lado, a lucidez da análise proposta pelo autor aparece de forma mais contundente em sua preocupação com a análise do discurso. O que emerge dos discursos de Menocchio deve ser considerado “mentalidade” ou “cultura”? A *História das Mentalidades* valoriza “os elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo”. A especificidade do campo investigativo desta corrente decorre do estudo das sobrevivências, dos arcaísmos, da afetividade ou da irracionalidade. Estes estudos diferenciam sua investigação de outras correntes próximas como a *História das Idéias* e a *História Cultural*. Ginzburg reforça a singularidade de Menocchio, respeita a diferença e originalidade de seu pensamento. Este respeito à diferença é “simples procedimento metodológico, não é afirmação de uma diferença irreduzível e que por isso mesmo culminaria numa decisão de nada dizer”²². Sua narração confere realismo e humanismo ao julgamento e universo de Menocchio. Sua preocupação com os fatos aparentemente irrelevantes revela a renovação que pretendia para a historiografia. Tantos foram os processos e condenados pelo Santo Ofício nesta época. O que uma pesquisa como esta poderia acrescentar ao que já era conhecido sobre o tema? Talvez a maior contribuição de Ginzburg não esteja apenas na apresentação de seu Moleiro Italiano, mas na forma como pesquisou sua vida, seu julgamento, condenação e execução, bem como a sociedade que viveu e morreu. O método de pesquisa de Carlo Ginzburg constitui uma renovação decisiva na historiografia mundial.

No livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989), Ginzburg propõe uma intrigante discussão sobre as origens do *Paradigma Indiciário*. O capítulo **‘Sinais: raízes de um paradigma indiciário’** marcou decisivamente o início da investigação ginzburguiana sobre a consolidação de um novo modelo epistemológico centrado na busca de ‘sinais’ ou ‘indícios’ sobre a realidade. Neste trabalho pioneiro, Ginzburg apresenta uma intrigante investigação sobre as raízes do ‘Paradigma Indiciário’, modelo científico que vem se consolidando a partir do final do século XIX, e que representa a possibilidade de superação dos incômodos da contraposição “racionalismo” versus “irracionalismo”²³.

Na nota de apresentação do livro *A micro-história e outros ensaios* (1989), lançado no Brasil pela coleção ‘Memória e Sociedade’, os coordenadores Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto explicam as contribuições e conseqüências teórico-metodológicas do tipo de análise consagrada por Ginzburg.

O autor introduziu uma nova maneira de fazer a História que deu os seus frutos nas décadas de 70 e 80: uma abordagem que privilegia os fenômenos marginais, as zonas de clivagem, as estruturas arcaicas, os conflitos entre configurações socioculturais – uma abordagem que procede a partir da microanálise de casos bem delimitados mas cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral, que põem em causa idéias feitas sobre determinadas épocas [...] criticou algumas das noções básicas com que tinham trabalhado as últimas gerações de historiadores da cultura, nomeadamente a noção informe e interclassista de “mentalidade coletiva”, a relação passiva e de sentido único entre centro e periferia ou as perspectivas operacionais, mas nem por isso menos discutíveis, de Michel Foucault, mais atento às proibições, aos limites estabelecidos e aos critérios de exclusão

através dos quais foi construída nossa cultura do que aos excluídos e aos seus referentes culturais alternativos ...²⁴

Em entrevista concedida ao historiador da arte José E. Burucúa, em julho de 2003, Ginzburg afirma: “- Yo no amo las etiquetas. No me identificaria con la etiqueta de ‘microhistoriador’... Pero el encuentro con la microhistoria há sido muy importante para mí y lo sigue siendo todavía hoy”. Como vemos, o autor prefere não ser identificado pelo rótulo de microhistoriador. Apesar de sua objeção, reconhece a importância da perspectiva microhistórica em sua análise, e completa:

Uno de mis proyectos, de hecho consiste en reabrir la discusión sobre la microhistoria de una manera un poco distinta. Es verdad que hay estudios míos que no entran en esta perspectiva. Quisiera decir, sin embargo, que el elemento analítico de la microhistoria no es de por sí incompatible con la idea de dar cuenta de los grandes problemas. Aquí pienso que el mejor ejemplo es precisamente Aby Warburg: aquello que a mí más me impresionó de los ensayos de Warburg cuando los leí por primera vez en italiano, en 1966, fue esta capacidad de moverse en terreno muy específico, con una extraordinaria atención sobre un tema particular, pero reencontrando “a Dios en lo particular”, es decir, los más grandes problemas en el detalle. Incluso los problemas de gran alcance pueden ser beneficiados cuando se enfrentan a partir de un terreno muy específico²⁵.

Ginzburg propõe um projeto analítico inovador sobre a valorização dos aspectos microhistóricos. A perspectiva microhistórica não é incompatível com a análise de grandes problemas, ou seja, de fenômenos macrohistóricos. Esta perspectiva foi consagrada por Aby Warburg. Os ensaios de Warburg revelaram a Ginzburg à possibilidade de “moverse en un terreno muy específico, con una extraordinaria atención sobre un tema particular”. Considerando o lema preferido de Warburg (*Deus está no particular*), Ginzburg conclui: “Incluso los problemas de gran alcance pueden ser beneficiados cuando se enfrentan a partir de un terreno muy específico”.

4. Conclusão.

As abordagens macroestruturais, isto é, macrosociais advogam a supremacia da estrutura social em relação aos atores sociais. Valorizam a busca das leis gerais em detrimento das particulares. Baseiam sua análise em uma visão do social como algo integrado e regido por um sistema coerente de normas. Estas normas condicionam as microdecisões, seja por suas propriedades coercitivas e exteriores, ou pela generalidade de sua manifestação social. Os indivíduos são interpretados como elementos menores e submissos. O comportamento é consequência da adesão mecânica as normas sociais. Fredrik Barth e Carlo Ginzburg partem de um ponto de vista oposto a concepção macroestruturalista. Preferem valorizar a interrelação entre os atores sociais e a sociedade, muito embora reconheçam o peso dos aspectos sociais gerais. Valorizam os aspectos particulares e pequenos na análise social. A sociedade (macroestrutura social) não é pensada como um todo integrado, pois consideram que “todos os sistemas de normas são fraturados por incoerências”²⁶. Desta forma, a observância das normas (pelos indivíduos) não resulta da mera obediência mecânica. As pesquisas de Barth e Ginzburg corroboram estas idéias a partir da verificação de alguns aspectos básicos no comportamento dos atores sociais. Para Barth,

Existe normalmente uma diferença profunda e sistemática entre a maneira de os indivíduos efetuarem generalizações sobre as características macroscópicas de seu mundo e de sua sociedade, e a maneira de conceituarem seu ambiente social e físico enquanto conjunto de ocasiões para a ação²⁷.

Ginzburg propõe a mesma análise ao considerar Menocchio um indivíduo (membro das classes subalternas) que elabora generalizações sobre sua realidade social, conferindo significados, e construindo atos e valores que questionam o poder das classes dominantes. Seu esforço pela aquisição do conhecimento erudito, suas críticas e questionamentos aos poderes constituídos demonstram que os membros da classe subalterna não assumem necessariamente uma postura mecânica e submissa quanto às regras sociais. Menocchio representa a vontade de falar, e falou muito. Denunciou os privilégios da ordem religiosa dominante. Criticou o controle do pensamento e do conhecimento pela igreja católica: “os inquisidores não querem que saibamos o que eles sabem”. Defendeu o direito das classes populares na aquisição do conhecimento e da liberdade de pensamento. Menocchio não foi o único. As pesquisas sobre as ações do Santo Ofício revelam que muitos membros das classes subalternas foram condenados por situações semelhantes. A pesquisa de Ginzburg confirma as proposições de Barth quanto ao comportamento dos atores sociais: indivíduos ativos, reprodutores ou transformadores das relações sociais.

As obras de Barth e Ginzburg convergem para o esforço teórico-metodológico de superação da ênfase dada às formas de homogeneidade social. As particularidades históricas e sociais da sociedade estudada não podem ser desprezadas. Os aspectos gerais das sociedades não bastam para interpretação das relações sociais. Somente o contexto histórico e social específico explica as diferenças culturais. Os indivíduos, por sua vez, agem de acordo com seu contexto, e dependem dos recursos que dispõem – materiais, cognitivos, culturais, entre outros. O comportamento social não constitui uma mera resposta mecânica à engrenagem social, por isso, deve ser pensado como uma resposta aos recursos e posição que o indivíduo ocupa na sociedade.

Barth e Ginzburg valorizam a interação entre os atores sociais como unidade de observação e pesquisa na análise social. Esta interação revela que a tomada de decisões dos indivíduos não está atrelada apenas às imposições sociais, mas depende (também) dos valores, das estratégias, dos significados, da posição social, da adesão consciente e inconsciente a estrutura macrosocial. No entanto, os autores não advogam a idéia de que seu modelo de análise seja válido para a totalidade dos comportamentos humanos.

Enquanto as abordagens macroestruturais pensam o comportamento social como resultado da “tradução imediata e inequívoca de um conjunto de normas”, isto é, “um conjunto de comportamentos idênticos é pensado como a consequência idêntica de uma série de causas idênticas”, Barth e Ginzburg consideram a incerteza que prevalece nas relações sociais. Esta incerteza resulta da dinâmica dos comportamentos sociais, pois os atores sociais sempre agem em relação às ações concomitantes de outros membros da sociedade. Para os autores, o pesquisador deve valorizar os efeitos dos atos individuais, pois os atos “nunca refletem unicamente ‘as obrigações de conhecimento e de valor’, mas também a ‘pragmática da cooperação e da competição’ ”. Neste ponto, encontramos outra convergência (ou influência) do pensamento de Barth na análise Ginzburguiana. Esta proposição explica a importância que Ginzburg atribui a análise do comportamento social como processos²⁸.

Barth e Ginzburg pensam o indivíduo como ator ativo e racional, que opera escolhas próprias, apesar da coerção social. Esta autonomia do comportamento social foi interpretada por Barth a partir da teoria dos jogos. Os atores sociais não agem apenas em função de suas obrigações e recursos, mas por sua capacidade de previsão das reações dos outros atores sociais (apesar da incerteza, isto é, da imprevisibilidade de suas ações). Esta teoria parece ter influenciado a análise de Ginzburg no caso particular do julgamento de Menocchio. Ginzburg valorizou as estratégias de Menocchio diante do tribunal inquisitorial. Os argumentos e posições valorativas de Menocchio são apresentados como o desenrolar de uma batalha ideológica entre religiosos (representantes da classe dominante) e um membro da classe subalterna. Durante todo percurso dos dois julgamentos, vemos Menocchio articular palavras e ações como estratégias, ou seja, de acordo com sua brilhante capacidade de previsão do comportamento de seus inquisidores. De fato, como lemos na trama do livro, Menocchio por diversas vezes confundiu seus opositores. Estes manifestaram profundo medo de que suas palavras provocassem críticas populares ao poder da igreja, muito embora sua condenação tenha ocorrido por heresia.

Ao valorizar a capacidade de previsão, as estratégias conscientes e inconscientes, a ação social dos atores sociais, Barth e Ginzburg não pretendem a defesa de uma teoria que desconsidera os poderes coercitivos das macroestruturas sociais, ou mesmo, uma abordagem que se baseia “na utopia da onipotência de um indivíduo ‘livre’ e demiúrgico”²⁹. Os autores querem chamar a atenção do pesquisador social para a dialética que constitui a relação indivíduo-sociedade. Desta forma, recusam os determinismos e certezas das teorias macroestruturalistas sobre os comportamentos dos indivíduos. Reconhecendo uma maior autonomia dos atores sociais, o pesquisador pode perceber as possibilidades de articulação dos indivíduos na contestação e transformação destas relações. A teoria dos jogos permite a constatação de algo indubitavelmente inegável: os indivíduos são microcosmos sociais ativos, por isso, seus pensamentos, emoções e comportamentos não constituem respostas passivas as exigências macrosociais, isto é, os atores sociais agem considerando suas estratégias, previsões e escolhas conscientes ou inconscientes.

Barth e Ginzburg valorizam a escala microscópica na análise histórico-social. No entanto, esta escolha deliberada pela microanálise não representa a intenção de pensar a realidade apenas pelo viés microsocial. Os atores almejam o macrosocial. Partindo do microsocial pretendem entender os aspectos maiores (gerais) da realidade social, isto é, interpretar o macrosocial pelo microsocial (a sociedade pelos indivíduos ou a sociedade pela ação social dos indivíduos). Para realizar esta análise, os autores valorizam a interdependência entre valores e atos. Segundo Barth, esses

cânones de julgamento que as pessoas fazem sobre as coisas e sobre os atos [são] fatos empíricos que podemos descobrir – [são] não uma construção do pesquisador, mas pontos de vista assumidos pelos próprios atores³⁰.

Ginzburg corrobora esta análise proposta por Barth, pois como identificamos em seus diversos ensaios (de caráter micro-histórico) os valores e atos são fundamentais na pesquisa.

Para Barth, as ligações dos atos podem ser rastreadas em direção às suas raízes. Este procedimento investigativo conduz o pesquisador a identificação dos planos, estratégias,

intenções, valores e conhecimentos dos atores. A ação social constrói, reproduz ou transforma as relações sociais. Estas relações formam os sistemas sociais.

Barth compreende a necessidade de elaboração de procedimentos exploratórios (procedimentos de pesquisa) para descobrir o que são os sistemas sociais. Estes sistemas precisam ser identificados e descritos a partir de seu contexto para que suas contingências sejam coerentemente interpretadas. Esta preocupação metodológica de Barth está presente na análise de Ginzburg sobre paradigmas do conhecimento. Ginzburg (desde 1970) está empenhado na investigação e interpretação do *Paradigma Indiciário*. Desta forma, aprendeu a importância dos pormenores e detalhes na pesquisa. A busca de indícios (pistas) pode revelar as contingências que moldaram a realidade social. Segundo Ginzburg, o pesquisador precisa fazer uso de sua sensibilidade, faro detetivesco e golpe de vista para descobrir indícios aparentemente irrelevantes, mas que podem conduzi-lo as conexões mais expressivas. Quando a realidade social apresenta aspectos opacos (obscuros), o *Método Indiciário* constitui um procedimento exploratório eficaz, pois o pesquisador (rasteando os indícios) pode inferir as causas a partir dos efeitos. A preocupação de Barth com os procedimentos de pesquisa está presente em Ginzburg na investigação e aplicação de procedimentos indiciários na análise social.

No livro *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (1998), organizado por Jacques Revel, encontramos um capítulo preparado por Paul-André Rosental sobre *Fredrik Barth e a microstoria*. Neste capítulo, Rosental analisa como as proposições teóricas e metodológicas de Barth influenciaram os micro-historiadores italianos. Sua análise revela (com propriedade) a tarefa do pesquisador. Para Rosental, o pesquisador precisa:

- a) Recuperar a gama das formas a serem explicadas e reunir observações colhidas para chegar ao objetivo final da análise social;
- b) Reunir a diversidade das observações a uma série concentrada de mecanismos que as engendram;
- c) Conferir o mesmo peso lógico *a priori* a todas as formas, qualquer que seja a frequência dos fenômenos pesquisados;
- d) Desconfiar de todo e qualquer pré-recorte na análise, isto é, de uma categorização *a priori* do mundo: as tipologias sobre a realidade social;
- e) Desconfiar dos grandes esquemas abstratos de explicação histórica e social;
- f) Recusar a explicação mecânica dos comportamentos, ou seja, de uma causalidade mecanicista da ação social;
- g) Examinar as escolhas efetuadas pelos atores sociais, e relacionar estas escolhas às configurações particulares que estão inseridos para identificar os recursos e obrigações que pensam sobre eles. Ao estabelecer esta relação o pesquisador descobrirá os parâmetros que levam os atores sociais a tomada de decisões;
- h) Revelar os modelos generativos para identificar os processos sociais. Este procedimento deve conduzir o pesquisador à superação da simples descrição de formas sociais. Para tal, o pesquisador deve elaborar um conteúdo preciso e contingente sobre as regras estratégicas abstratas que derivam da teoria dos jogos, e dar conta das causalidades empíricas que surgem na microanálise.

Para Rosental, podemos identificar outros paralelos entre as proposições de Fredrik Barth e Carlo Ginzburg. O conceito de mudança social presente nas obras de Barth e

Ginzburg resulta da recusa da dimensão demasiado estática, e dos esquemas lineares mecânicos e abstratos da explicação sobre as transformações sociais presente nas análises macroestruturais. Por isso, o mundo social não pode ser pensado como um todo homogêneo e coerente, pois o universo dos valores dos atores sociais nunca está perfeitamente integrado. Alguns valores são irredutíveis uns aos outros, e não podem ser medidos com os mesmos parâmetros. Esta “integração sempre imperfeita confere potencialmente a todo sistema social uma dimensão processual e dinâmica”³¹.

Barth e os micro-historiadores italianos preferem o estudo dos mecanismos concretos de mudança. A análise da mudança social sob a perspectiva microscópica está ligada à importância que conferem à diversidade (diversidade dos valores, das posições individuais, da ação social). A vida social não é um todo coerente, pois é feita de diferenciais. Cada uma destas diferenças oferece possibilidades de mudança. São elas que permitem que uma inovação (inicialmente insignificante e pouco difundida) se generalize e, ao final, se institucionalize. “É por meio desse mecanismo essencial que se opera a passagem do microscópico ao macroscópico, ou mais exatamente a construção constante deste por aquele”³². Para Rosental, a análise barthiana e a microstórica se caracterizam pela perspectiva neo-racionalista ou neo-positivista da realidade social.

NOTAS

¹ BARTH, Fredrik. **O guru e o iniciador: e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002. p. 172.

² ‘**O nome e o como. Mercado historiográfico e troca desigual**’. In: Ginzburg, Carlo & Poni, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. – Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand Brasil, 1989.

³ REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 21.

⁴ TILLY apud BARTH, op. cit., p. 168, nota 1.

⁵ Ibid., p. 168.

⁶ Ibid., p. 169.

⁷ Ibid., p. 170.

⁸ RORTY e WIKAN s.d. apud BARTH, Ibid., p. 171.

⁹ BATH, Ibid., p. 173.

¹⁰ Ibid., p. 177-8.

¹¹ Ibid., p. 183.

¹² Ibid., p. 184.

¹³ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 46.

¹⁴ Ibid., p. 15.

¹⁵ Ibid., p. 12.

¹⁶ Ibid., p. 116, 125, 27.

¹⁷ Ibid., p. 128-9.

¹⁸ Ibid., p. 18, 20-1.

¹⁹ Ibid., p. 22.

²⁰ Ibid., p. 230-1.

²¹ Ibid., p. 24-5.

²² RIBEIRO, Renato J. **Posfácio**. In: GINZBURG, op. cit., p. 237, nota 13.

²³ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

²⁴ BETHENCOURT, F. e CURTO, D. R. (Coord). **Nota de apresentação**. In: GINZBURG, C. A micro-história e outros ensaios. Coleção 'Memória e Sociedade'. – Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. x-xi.

²⁵ GINZBURG apud BURUCÚA, José E. **Conversación com Carlo Ginzburg: El largo aliento de la historia**. 2003. Disponível em <http://www.fce.com.ar/detallesnotaprensa.asp?IDN=140> - Acesso em: 19/06/2005.

²⁶ ROSENTAL, Paul-André. **Fredrik Barth e a microstoria**. In: REVEL, Jacques (Org). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 155.

²⁷ BARTH apud ROSENTAL, Ibid., p. 155.

²⁸ ROSENTAL, Ibid., p. 157.

²⁹ Ibid., p. 159.

³⁰ Ibid., p. 160.

³¹ Ibid., p. 168.

³² Ibid., p. 169.